

Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico- Administrativo em Educação 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS

UNIRIO
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
DRH - Departamento de Recursos Humanos
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
COSEA - Coordenação de Seleção e Acesso

- 1)** A Lei 8.112/1990 e suas alterações dispõem sobre o
- patrimônio e as finanças da administração direta e indireta, em cada um dos entes da federação.
 - regime jurídico dos servidores públicos civis dos estados e do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas estaduais.
 - regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
 - procedimento de contratação de servidores públicos civis e militares de todos os entes federativos, em conformidade com a Constituição Federal.
 - regime jurídico dos servidores públicos civis dos municípios, das autarquias e das fundações públicas municipais.
- 2)** Para os efeitos da Lei 8.112/1990, servidor é
- todo aquele que foi aprovado em um concurso público em nível federal.
 - a pessoa cujo concurso foi homologado pela autoridade pública competente.
 - todo aquele que foi aprovado em um concurso público em nível estadual.
 - a pessoa legalmente investida em cargo público.
 - a pessoa legalmente investida em cargo público até o ano de 1990.
- 3)** O Título II da Lei 8.112/1990 e suas alterações tratam do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição dos cargos públicos. Nesses termos, são requisitos básicos para investidura em cargo público:
- a aptidão física e mental, a certidão negativa de débitos fiscais, a certidão negativa de antecedentes penais, a carteira de vacinação atualizada, o gozo dos direitos sociais, a idade mínima de vinte e um anos, o traslado da certidão de nascimento.
 - o traslado da certidão de nascimento, o gozo dos direitos sociais, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais e a conclusão do Ensino Médio.
 - a conclusão do Ensino Médio, a certidão negativa de débitos fiscais, a certidão negativa de antecedentes penais, a carteira de vacinação atualizada, o gozo dos direitos sociais, a idade mínima de vinte e um anos, o traslado da certidão de nascimento.
 - a idade mínima de vinte e um anos, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.
 - a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, a quitação com as obrigações militares e eleitorais, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.
- 4)** As três formas, simultâneas, de provimento de cargo público, conforme a Lei 8.112/1990 e suas alterações são
- recondução, promoção e concurso público.
 - nomeação, aproveitamento e recondução.
 - concurso público, reintegração e comissionamento.
 - comissionamento, readaptação e reversão.
 - reversão, concurso público e transferência.
- 5)** Com relação ao prazo de validade dos Concursos Públicos, a afirmativa que está em perfeita consonância com os termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações é a seguinte:
- O concurso público terá validade de até 03 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 - O concurso público terá validade de até 02 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 - O concurso público terá validade de até 04 anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 - O concurso público terá validade de até 02 anos, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período.
 - O concurso público terá validade de até 03 anos, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período.

- 6)** Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, a posse em cargo público dependerá, dentre outras, de prévia
- atualização do currículo profissional.
 - realização de exame psicotécnico.
 - declaração de bons antecedentes.
 - investigação civil e tributária.
 - inspeção médica oficial.
- 7)** Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, o servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo,
- Sete e, no máximo, dez dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
 - Quinze e, no máximo, vinte dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
 - Vinte e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
 - Dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
 - Trinta e, no máximo, quarenta e cinco dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- 8)** Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ficará sujeito a estágio probatório, pelo período de
- 12 meses.
 - 18 meses.
 - 24 meses.
 - 30 meses.
 - 36 meses.
- 9)** Os três fatores que, nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, deverão ser observados para a avaliação do desempenho funcional do servidor, durante o período em que estiver no estágio probatório, são os seguintes:
- capacidade de iniciativa, produtividade e conduta moral.
 - conduta moral, responsabilidade e senso estético.
 - assiduidade, disciplina e capacidade de iniciativa.
 - senso estético, assiduidade e urbanidade.
 - urbanidade, disciplina e produtividade.
- 10)** Tal como consignado pela Lei 8.112/1990 e suas alterações, o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público, ao completar
- 2 anos de efetivo exercício.
 - 4 anos de efetivo exercício.
 - 6 anos de efetivo exercício.
 - 3 anos de efetivo exercício.
 - 5 anos de efetivo exercício.

11) Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, readaptação é

- a) o retorno à atividade de servidor aposentado.
- b) o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
- c) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- d) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.
- e) a passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro, de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo poder.

12) Tal como consignado pela Lei 8.112/1990 e suas alterações, a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou

- a) de ofício.
- b) por acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF).
- c) de reverso.
- d) por acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- e) de relance.

13) Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, é denominada

- a) salário.
- b) vencimento.
- c) remuneração.
- d) ajuda de custo.
- e) subsídio.

14) Consoante a Lei 8.112/1990 e suas alterações, o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo, para quitar o débito, de

- a) 30 dias.
- b) 45 dias.
- c) 60 dias.
- d) 75 dias.
- e) 90 dias.

15) A Lei 8.112/1990 e suas alterações prescrevem que, além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- a) indenizações, gratificações e adicionais.
- b) adicionais, gratificações e prêmios.
- c) prêmios, indenizações e salários.
- d) salários, adicionais e bônus.
- e) bônus, prêmios e salários.

16) As indenizações que podem ser pagas ao servidor, nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, são

- a) auxílio-moradia, transporte, diárias e auxílio-saúde.
- b) auxílio-saúde, diárias, ajuda de custo e vale-gás.
- c) ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia.
- d) plano de carreira, auxílio-saúde, vale-gás e transporte.
- e) vale-gás, auxílio-moradia, auxílio-saúde e plano de carreira.

17) Conforme consta na Lei 8.112/1990 e suas alterações, a ajuda de custo destina-se a

- a) auxiliar o servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.
- b) compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou o companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede.
- c) indenizar o servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.
- d) ressarcir o servidor pelas despesas comprovadamente realizadas com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrada por empresa hoteleira, no prazo de um mês, após a comprovação da despesa pelo servidor.
- e) valorizar o servidor que, combatido pela depreciação do salário real, necessitar de ajuda ou auxílio público para manter seu padrão de vida e sua dignidade social, ressalvada a real disponibilidade financeira do erário.

18) Conforme prescrito pela Lei 8.112/1990 e suas alterações, a gratificação natalina, a que o servidor fizer jus, no mês de dezembro, considerando cada mês de exercício no respectivo ano, corresponde, da referida remuneração,

- a) 1/3.
- b) 1/5.
- c) 1/12.
- d) 1/8.
- e) 1/10.

19) Conforme prescrito pela Lei 8.112/1990 e suas alterações, o adicional de atividade penosa será devido aos servidores que exercerem suas funções nos seguintes espaços:

- a) Repartições consulares ou plataformas continentais.
- b) Repartições diplomáticas ou localidades castigadas por chuvas intensas.
- c) Áreas com doenças epidêmicas ou localidades situadas em áreas conflagradas.
- d) Zonas desérticas ou localidades com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).
- e) Zonas de fronteira ou localidades cujas condições de vida o justifiquem.

20) A Lei 8.112/1990 e suas alterações determinam que o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte, terá o valor-hora, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos, acrescido em percentual de

- a) 05%.
- b) 10%.
- c) 15%.
- d) 20%.
- e) 25%.

21) Tal como consignado pela Lei 8.112/1990 e suas alterações, será pago ao servidor, por ocasião das férias, independentemente de solicitação, um adicional correspondente a

- a) 1/1 da remuneração do período das férias.
- b) 1/2 da remuneração do período das férias.
- c) 1/3 da remuneração do período das férias.
- d) 1/4 da remuneração do período das férias.
- e) 1/5 da remuneração do período das férias.

22) A Lei 8.112 e suas alterações garantem que o servidor, em relação ao gozo das férias, fará jus a

- a) 60 dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 02 períodos.
- b) 30 dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 02 períodos.
- c) 30 dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 03 períodos.
- d) 45 dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 04 períodos.
- e) 60 dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 03 períodos.

23) A Lei 8.112 e suas alterações garantem ao servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas o gozo, por semestre de atividade profissional, de

- a) 10 dias consecutivos de férias.
- b) 15 dias consecutivos de férias.
- c) 20 dias consecutivos de férias.
- d) 25 dias consecutivos de férias.
- e) 30 dias consecutivos de férias.

24) Nos termos da Lei 8.112 e suas alterações, as férias do servidor somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pelo/pela

- a) Presidente da República (PR).
- b) Presidente do Congresso Nacional (CN).
- c) Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).
- d) Autoridade policial que o convocar para o serviço eleitoral.
- e) Autoridade máxima do órgão ou entidade, ao qual esteja vinculado.

25) Aos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, **NÃO** se trata de motivo de licença para o servidor

- a) Serviço militar.
- b) Atividade política.
- c) Doença em pessoa da família.
- d) Afastamento do cônjuge ou companheiro.
- e) Exercício de atividade eclesial remunerada.

26) A Lei 8.112/1990 e suas alterações facultam que o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional, após cada

- a) anuênio de efetivo exercício.
- b) biênio de efetivo exercício.
- c) triênio de efetivo exercício.
- d) quinquênio de efetivo exercício.
- e) quadriênio de efetivo exercício.

27) Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, o servidor investido no mandato de vereador

- a) perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, caso haja compatibilidade de horário.
- b) será afastado do cargo, sem poder optar pela sua remuneração, já que essas, por cargos eletivos, são sempre bastante elevadas.
- c) ficará afastado do cargo, embora possa optar pela remuneração, já que se trata de mandato federal, estadual ou distrital.
- d) perceberá todas as vantagens de seu cargo, acrescidas de 50%, mais o valor igual a 3/5 da remuneração do vereador no município de exercício do mandato.
- e) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, mesmo que haja compatibilidade de horário.

28) Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, **NÃO** se constitui dever do servidor

- a) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
- b) observar as normas legais e regulamentares.
- c) ser leal às instituições a que servir.
- d) ocultar sua crença ou fé religiosa.
- e) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

29) Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, é franqueado ao servidor

- a) recusar fé a documentos públicos.
- b) promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.
- c) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização superior.
- d) revelar a outrem, no ambiente funcional, suas preferências político-partidárias.
- e) receber propina, presente ou vantagem de qualquer espécie, por suas atribuições.

30) Com relação à acumulação remunerada de cargos públicos, a Lei 8.112/1990 e suas alterações prescrevem que é

- a) permitida a acumulação de cargos, desde que haja autorização da chefia e compatibilidade de dias e horários.
- b) vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo para os servidores militares das forças especiais de paz ou segurança.
- c) vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- d) permitida a acumulação de cargos, desde que o servidor seja regularmente concursado e tenha cumprido seu estágio probatório.
- e) vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo para os membros do Congresso Nacional e dos Tribunais Superiores, em nível federal.

31) Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, o servidor responde

- a) administrativa, civil e internacionalmente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- b) internacional, penal e tributariamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- c) tributária, civil e trabalhistamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- d) trabalhista, penal e tributariamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- e) civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

32) A Lei 8.112/1990 e suas alterações prescrevem que o servidor está sujeito, dentre outras, às seguintes penalidades disciplinares:

- a) demissão, internação e deportação
- b) deportação, suspensão e expulsão
- c) advertência, suspensão e demissão
- d) expulsão, advertência e extradição
- e) extradição, advertência e deportação

33) Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de

- a) 10 dias consecutivos.
- b) 15 dias consecutivos.
- c) 30 dias consecutivos.
- d) 45 dias consecutivos.
- e) 60 dias consecutivos

34) A Lei 8.112/1990 e suas alterações determinam que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante

- a) denúncia ou autuação, assegurada ampla defesa.
- b) autuação ou inquérito policial, assegurada ampla defesa.
- c) inquérito policial ou sindicância, assegurada ampla defesa.
- d) processo administrativo disciplinar ou denúncia, assegurada ampla defesa.
- e) sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ampla defesa.

35) A Lei 8.112/1990 e suas alterações determinam que, como medida cautelar e, a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.
- e) 90 dias.

36) Sobre o processo disciplinar, nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, é improcedente afirmar que

- a) será conduzido por comissão composta de cinco servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto no § 3º do art. 143, que indicará, dentre eles, o seu presidente.
- b) é o instrumento elaborado pela comissão de sindicância no qual resta configurada a culpa ou a inocência do servidor em face de uma acusação pretérita que lhe tenha sido imputada.
- c) será desenvolvido nas seguintes fases: instauração, com a publicação do ato que constitui a comissão; inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório e julgamento.
- d) será concluído em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constitui a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- e) é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido.

37) Nos termos da Lei 8.112/1990 e suas alterações, o inquérito administrativo obedecerá, assegurada ao acusado ampla defesa, ao princípio do/da

- a) Contraditório.
- b) Igualdade.
- c) Liberdade.
- d) Responsabilidade.
- e) Libelo crime acusatório.

38) Com base na Lei 8.112/1990 e suas alterações, a União deverá manter Plano de Seguridade Social para o servidor e

- a) seu cônjuge.
- b) seus filhos.
- c) sua família.
- d) seus pais.
- e) seus amigos(as).

39) Com base na Lei 8.112/1990 e suas alterações, o tempo exigido para rever o processo disciplinar é

- a) a qualquer tempo.
- b) em até 30 dias.
- c) em até 90 dias.
- d) em até 180 dias.
- e) a contrário sensu.

40) Com base na Lei 8.112/1990 e suas alterações, o servidor será aposentado, compulsoriamente e com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos

- a) 80 anos de idade.
- b) 60 anos de idade.
- c) 65 anos de idade.
- d) 75 anos de idade.
- e) 70 anos de idade.
- f)

Texto 1

Professores e gestores previsíveis e inovadores

José Manuel Moran

Na educação, como em qualquer outro campo profissional, encontramos muitos professores e gestores - provavelmente a maioria - que realizam um bom trabalho, que fazem cursos para avançar na carreira, que procuram se atualizar. Quando observamos com mais atenção, depois de uma primeira etapa de pesquisa e experimentação, costumam aperfeiçoar um modelo básico de ensino ou de gestão, com pequenas variáveis e adaptações a cada situação. Cada vez mais repetem os mesmos métodos, os mesmos procedimentos, permanecem na zona de conforto. São previsíveis. Uns são previsíveis de forma competente, enquanto outros são simplesmente previsíveis.

Junto com os professores e gestores previsíveis encontramos um bom grupo de profissionais acomodados, que estão na educação porque precisam sobreviver de alguma forma, mas que utilizam todos os subterfúgios para não mudar, para fazer o mínimo indispensável, para ir tocando a vida sem muitos sobressaltos. A educação é um campo propício a acomodações. Na educação pública, o sistema de concursos atrai muitas pessoas que priorizam a segurança, o futuro garantido e se especializam em encontrar atalhos para progredir na carreira, nem sempre com bom desempenho profissional. Alguns estão em contagem regressiva, contando os anos ou meses para a aposentadoria. Muitos destes profissionais são um peso para as instituições, atrasam as mudanças, são contra inovações, desqualificam os jovens que tentam algo novo, chamando-os de idealistas que logo serão cooptados. Alguns estão em cargos de poder e o utilizam para sufocar qualquer tentativa de inovação.

Existem profissionais que têm dificuldades circunstanciais ou permanentes. Circunstanciais, quando atravessam períodos de depressão, ou de problemas pessoais que se refletem na atuação profissional. Mas existem alguns com dificuldades mais profundas, pessoas que se fecham, que não se relacionam bem, que são violentos ou descontrolados por pequenas provocações ou discordâncias. Existem profissionais centrados em si mesmos, que não se colocam na perspectiva dos outros, especificamente dos alunos (estes precisam adaptar-se aos mestres). Existem alguns profissionais com posturas éticas reprováveis, que se valem do seu cargo para conseguir vantagens financeiras, sexuais ou de intimidação psicológica de vários níveis. E muitos permanecem nas instituições durante muitos anos sem serem advertidos ou questionados e atrasam profundamente as mudanças necessárias.

Nas instituições existem, felizmente, profissionais humanistas criativos, inovadores, proativos, que tentam modificar processos, fazer novas experiências, que não se conformam com a mesmice, que estão dispostos sempre a aprender e a avançar. Quanto mais apoio têm, mais rapidamente evoluem e conseguem ajudar a modificar a instituição. Muitas vezes sentem-se em minoria, subaproveitados, marginalizados. É importante saber que os inovadores costumam demorar um pouco para serem reconhecidos, às vezes, anos. Os inovadores pagam um preço pela ousadia. Mas se permanecem na atitude inovadora, se sabem comunicá-la aos demais e se conseguem apoio político, conseguem ser reconhecidos e obter melhores posições e resultados.

É importante perceber que as pessoas não nascem necessariamente inovadoras ou conservadoras. Pessoas certinhas durante muitos anos podem sentir-se pressionadas interna ou externamente para mudar e assumem novos posicionamentos, e vemos também o contrário: profissionais que são proativos e inovadores durante alguns anos e que depois se desencantam e desistem. Enquanto alguns, na fase adulta e na velhice, seguem evoluindo e inovando, outros parece que se encolhem, que desanimam, que não acreditam mais e se fecham, refluem, se desmotivam. É um mistério como pessoas que tiveram as mesmas oportunidades profissionais, que fizeram carreiras iguais, assumem, ao longo da vida, posturas tão diferentes, com resultados de realização pessoal e profissional tão antagônicos.

Hoje precisamos urgentemente de muitos profissionais humanistas inovadores, que tragam contribuições, motivação e esperança, com os quais possamos contar para novos projetos e desafios. Estamos numa fase de grandes mudanças e não podemos demorar demais para aprender a implementá-las. Por isso é tão importante investir em uma educação humanista, de qualidade, que valorize os inovadores e os criativos.

Fonte: *Texto complementar do livro A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papyrus, 2007.*
Disponível em <http://www.eca.usp.br/prof/moran/previsiveis.htm>. Acesso em ago. 2012.

Texto 2

Pesquisa sobre população com diploma universitário deixa o Brasil em último lugar entre os emergentes

Amanda Ciegliniski

Para concorrer em pé de igualdade com as potências mundiais, o Brasil terá que fazer um grande esforço para aumentar o percentual da população com formação acadêmica superior. Levantamento feito pelo especialista em análise de dados educacionais Ernesto Faria, a partir de relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), coloca o Brasil no último lugar em um grupo de 36 países ao avaliar o percentual de graduados na população de 25 a 64 anos.

Os números se referem a 2008 e indicam que apenas 11% dos brasileiros nessa faixa etária têm diploma universitário. Entre os países da OCDE, a média (28%) é mais do que o dobro da brasileira. O Chile, por exemplo, tem 24%, e a Rússia, 54%. O secretário de Ensino Superior do MEC (Ministério da Educação), Luiz Cláudio Costa, disse que já houve uma evolução dessa taxa desde 2008 e destacou que o número anual de formandos triplicou no país, na última década.

“Como saímos de um patamar muito baixo, a nossa evolução, apesar de ser significativa, ainda está distante da meta que um país como o nosso precisa atingir”, avalia. Para Costa, esse cenário é fruto de um gargalo que existe entre os ensinos médio e o superior. A inclusão dos jovens na escola cresceu, mas não foi acompanhada pelo aumento de vagas nas universidades, especialmente nas públicas. “Isso [acabar com o gargalo] se faz com ampliação de vagas e nós começamos a acabar com o funil que existia”, afirmou ele.

Costa lembra que o próximo PNE (Plano Nacional de Educação) estabelece como meta chegar a 33% da população de 18 a 24 anos matriculada no ensino superior até 2020. Segundo ele, esse patamar está, atualmente, próximo de 17%. Para isso será preciso ampliar os atuais programas de acesso ao ensino superior, como o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que aumentou o número de vagas nessas instituições, o Prouni (Programa Universidade para Todos), que oferece aos alunos de baixa renda bolsas de estudo em instituições de ensino privadas, e o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), que permite aos estudantes financiar as mensalidades do curso e só começar a quitar a dívida depois da formatura.

“O importante é que o ensino superior, hoje, está na agenda do brasileiro, das famílias de todas as classes. Antes, isso se restringia a poucos. Observamos que as pessoas desejam e sabem que o ensino superior está ao seu alcance por diversos mecanismos”, disse o secretário.

Fonte: Uol Educação. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/04/21/pesquisa-sobre-populacao-com-diploma-universitario-deixa-o-brasil-em-ultimo-lugar-entre-os-emergentes.htm>. Acesso em ago. 2012

Texto 3

STF julga constitucional política de cotas na UnB

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB). Por unanimidade, os ministros julgaram improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186. (...)

Os ministros seguiram o voto do relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski. Na sessão de ontem (25), em que foi iniciada a análise da matéria, o relator afirmou que as políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB estabelecem um ambiente acadêmico plural e diversificado, e têm o objetivo de superar distorções sociais historicamente consolidadas. Além disso, segundo ele, os meios empregados e os fins perseguidos pela UnB são marcados pela proporcionalidade e razoabilidade e as políticas são transitórias, com a revisão periódica de seus resultados.

“No caso da Universidade de Brasília, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e ‘de um pequeno número delas’ para índios de todos os Estados brasileiros pelo prazo de 10 anos constitui, a meu ver, providência adequada e proporcional ao atingimento dos mencionados desideratos. A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se também sob esse ângulo compatível com os valores e princípios da Constituição”, afirmou o ministro Lewandowski.

Todos os ministros seguiram o voto do relator, ministro Lewandowski. Primeiro a votar na sessão plenária desta quinta-feira (26), na continuação do julgamento, o ministro Luiz Fux sustentou que a Constituição Federal impõe uma reparação de danos pretéritos do país em relação aos negros. (...) Para ele, a instituição de cotas raciais dá cumprimento ao dever constitucional que atribui ao Estado a responsabilidade com a educação, assegurando “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

A ministra Rosa Weber defendeu que cabe ao Estado “adentrar no mundo das relações sociais e corrigir a desigualdade concreta para que a igualdade formal volte a ter o seu papel benéfico”. Para a ministra, ao longo dos anos, com o sistema de cotas raciais, as universidades têm conseguido ampliar o contingente de negros em seus quadros, aumentando a representatividade social no ambiente universitário, que acaba se tornando mais plural e democrático.

Já a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha destacou que o sistema de cotas da UnB é perfeitamente compatível com a Constituição, pois a proporcionalidade e a função social da universidade estão observadas. “As ações afirmativas não são a melhor opção, mas são uma etapa. O melhor seria que todos fossem iguais e livres”, apontou, salientando que as políticas compensatórias devem ser acompanhadas de outras medidas para não reforçar o preconceito. Ela frisou ainda que as ações afirmativas fazem parte da responsabilidade social e estatal para que se cumpra o princípio da igualdade.

Ao concordar com o relator, o ministro Joaquim Barbosa afirmou que o voto do ministro Lewandowski praticamente esgotou o tema em debate. Ressaltou, porém, que “não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo, no plano doméstico, uma política de exclusão em relação a uma parcela expressiva da sua população”.

Fonte: Supremo tribunal Federal. Publicado em 26 de abril de 2012. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>. Acesso. em ago. 2012

No **Texto 1**, o Professor José Manuel Moran apresenta um quadro que busca refletir o comportamento de professores e gestores da educação. Ao longo dos parágrafos, enquanto traça esse quadro, ele apresenta, em grandes blocos, tipos positivos e negativos de profissionais, como estratégia de argumentação para comprovar seu ponto de vista.

41) Embora os limites entre esses blocos não sejam marcados por conectores, seria possível realizar essa demarcação, incluindo um conectivo de valor adversativo no início do

- a) quinto parágrafo.
- b) terceiro parágrafo.
- c) sexto parágrafo.
- d) quarto parágrafo.
- e) segundo parágrafo.

Cada vez mais repetem os mesmos métodos, os mesmos procedimentos, permanecem na zona de conforto. São previsíveis. Uns são previsíveis de forma competente, enquanto outros são simplesmente previsíveis. [Texto 1]

No trecho em destaque, o fragmento grifado encerra um eufemismo, ou seja, uma construção que evita dizer, de forma direta, algo desagradável, rude, indelicado.

42) Sem o eufemismo, a estrutura que melhor revela o sentido do fragmento grifado é:

- a) Uns são previsíveis de forma competente, enquanto outros, contanto que previsíveis, são incompetentes.
- b) Uns são previsíveis de forma competente, enquanto outros, à medida que previsíveis, são incompetentes.
- c) Uns são previsíveis de forma competente, enquanto outros, porquanto previsíveis, são incompetentes.
- d) Uns são previsíveis de forma competente, enquanto outros, ainda que previsíveis, são incompetentes.
- e) Uns são previsíveis de forma competente, enquanto outros, enquanto previsíveis, são incompetentes.

Junto com os professores e gestores previsíveis encontramos um bom grupo de profissionais acomodados (...) [Texto 1]

A redundância, muito comum na linguagem oral, consiste no uso de palavras que nada acrescentam à compreensão da mensagem, por apresentarem ideias que já estão presentes em outras estruturas da frase.

A expressão **junto com**, grifada no fragmento do Texto 1, encerra uma redundância.

43) Também se verifica a presença de redundância na seguinte frase:

- a) A educação é um campo propício a acomodações.
- b) Cada vez mais repetem os mesmos métodos, os mesmos procedimentos, permanecem na zona de conforto.
- c) Existem profissionais que têm dificuldades circunstanciais ou permanentes.
- d) É importante saber que os inovadores costumam demorar um pouco para serem reconhecidos, às vezes, anos.
- e) Quanto mais apoio têm, mais rapidamente evoluem e conseguem ajudar a modificar a instituição.

Muitos destes profissionais são um peso para as instituições, atrasam as mudanças, são contra inovações. [Texto1]

44) Considerando a norma culta padrão da Língua Portuguesa, o período destacado do Texto 1 encontra-se corretamente reescrito em:

- a) Muitos destes profissionais são um peso as instituições, atrasam as mudanças, são contra às inovações.
- b) Muitos destes profissionais são um peso para as instituições, atrasam as mudanças, são contrários as inovações.
- c) Muitos destes profissionais são um peso para as instituições, atrasam as mudanças, são contrários à inovações.
- d) Muitos destes profissionais são um peso para as instituições, atrasam as mudanças, são contra as inovações.
- e) Muitos destes profissionais são um peso para as instituições, atrasam as mudanças, são contrários às inovações.

Enquanto alguns, na fase adulta e na velhice, seguem evoluindo e inovando, outros parece que se encolhem. [Texto1]

45) O verbo seguir tem inúmeros significados. Na frase acima, esse verbo tem um sentido equivalente ao do verbo grifado em

- a) Alguns membros das instituições **trabalham** na implantação do novo.
- b) Os professores **transformam-se** em referência para a mudança.
- c) Certos gestores **percorrem** caminhos que levam à inovação.
- d) Muitos docentes **optam** por uma postura de mudança.
- e) As instituições públicas **permanecem** abertas a novas propostas.

Por isso é tão importante investir em uma educação humanista, de qualidade, que valorize os inovadores e os criativos.

46) O texto 1 traça uma linha argumentativa que desemboca na frase final, reproduzida no fragmento acima. De acordo com essa linha argumentativa, a importância *investir em uma educação humanista, de qualidade, que valorize os inovadores e os criativos* se deve ao seguinte fato:

- a) A educação humanista oferece às pessoas o dom da criatividade, o que faz com que elas possam contribuir para as instituições em que venham a trabalhar, impedindo que velhos processos se mantenham vigentes.
- b) A formação oferecida por uma educação de qualidade produz inventores, o que vai permitir que elas transformem totalmente as características das instituições em que venham a trabalhar.
- c) Pessoas criativas, inovadoras, formadas humanisticamente e com qualidade, são essenciais para que as instituições repensem o trabalho que realizam, buscando alternativas para superar desafios e se abrindo às necessidades de mudança.
- d) Uma educação humanística compromete as pessoas com o ser humano, o que as torna envolvidas com a superação de seus próprios problemas e, por conseguinte, abertas à inovação.
- e) Pessoas submetidas a uma educação de qualidade são capazes de implantar processos novos e de gerenciar pessoas de forma humanística, contribuindo para que as instituições se tornem inovadoras.

*Junto com os professores e gestores previsíveis encontramos um **bom** grupo de profissionais acomodados, que estão na educação porque precisam sobreviver de alguma forma (...)*

47) O significado das palavras não é algo estanque; ao contrário, varia, não só com o contexto, mas também com a posição das palavras na frase.

No fragmento acima, o significado do adjetivo **bom** é:

- a) enorme.
- b) bondoso.
- c) valoroso.
- d) lucrativo.
- e) considerável.

*Existem profissionais que **têm** dificuldades circunstanciais ou permanentes. [Texto 1]*

48) A acentuação gráfica de alguns verbos obedece a especificidades, como se observa no verbo destacado no fragmento acima.

A forma verbal grafada também está corretamente grafada em:

- a) Com o tempo **sobrevem** as dificuldades, que a instituição precisa saber enfrentar com coragem e competência.
- b) A instituição, com o passar do tempo, não **detém** mais o conhecimento necessário à incorporação de mudanças necessárias.
- c) Governos, universidades, empresas, ninguém, por mais que se esforce, **retêm** seus talentos, a não ser quando os valoriza.
- d) Conhecedores de suas potencialidades, os profissionais **vem** seguindo sua vocação, de acordo com as oportunidades que a instituição lhes oferece.
- e) Nas instituições que produzem conhecimento, mais cedo ou mais tarde todos **vêm** quem deve ser valorizado.

*“**Como** saímos de um patamar muito baixo, a nossa evolução, apesar de ser significativa, ainda está distante da meta que um país **como** o nosso precisa atingir”, avalia. [Texto 2]*

49) No fragmento acima, extraído do Texto 2, os vocábulos em destaque introduzem, respectivamente, as ideias de

- a) comparação e conformidade.
- b) conformidade e consequência.
- c) consequência e modo.
- d) causa e comparação.
- e) modo e causa.

Sinais de pontuação muitas vezes se equivalem, de modo que, em determinadas situações, é possível usar uns em lugar de outros.

50) A substituição aos sinais de pontuação utilizados originalmente nos fragmentos extraídos do Texto 2 por travessões preserva o sentido inicial e está corretamente realizada em:

- a) “Como saímos de um patamar muito baixo, a nossa evolução, apesar de ser significativa, ainda está distante da meta que um país como o nosso precisa atingir”, avalia.
“Como saímos de um patamar muito baixo – a nossa evolução – apesar de ser significativa, ainda está distante da meta que um país como o nosso precisa atingir”, avalia.
- b) “Isso [acabar com o gargalo] se faz com ampliação de vagas e nós começamos a acabar com o funil que existia”, afirmou ele.
“Isso – acabar com o gargalo – se faz com ampliação de vagas e nós começamos a acabar com o funil que existia”, afirmou ele.
- c) *Entre os países da OCDE, a média (28%) é mais do que o dobro da brasileira.*
Entre os países da OCDE, a média – 28% – é mais do que o dobro da brasileira.
- d) A inclusão dos jovens na escola cresceu, mas não foi acompanhada pelo aumento de vagas nas universidades, especialmente nas públicas.
A inclusão dos jovens na escola cresceu – mas não foi acompanhada pelo aumento de vagas nas universidades – especialmente nas públicas.
- e) “Observamos que as pessoas desejam e sabem que o ensino superior está ao seu alcance por diversos mecanismos”, disse o secretário.
“Observamos que as pessoas desejam e sabem que o ensino superior está ao seu alcance por diversos mecanismos” – disse o secretário –.

51) O Texto 2 nos apresenta, além de um problema relativo à realidade educacional brasileira, a análise de um membro do governo a respeito desse problema.

Considerando a totalidade de sua fala, o representante do governo revela, em síntese, que, de acordo com a visão do gestor público,

- a) Embora o problema já tenha persistido, as medidas necessárias à sua solução ainda estarão sendo tomadas, com resultados que estarão produzindo efeito sobre as expectativas de futuro dos brasileiros.
- b) Porquanto o problema ainda venha sido persistido, as medidas necessárias à sua solução ainda têm sido tomadas, com resultados que vêm produzindo efeito sobre as expectativas de futuro dos brasileiros.
- c) Mesmo que o problema tenha sido persistido, as medidas necessárias à sua solução já foram tomadas, com resultados que ainda têm produzido efeito sobre as expectativas de futuro dos brasileiros.
- d) Ainda que o problema já venha persistindo, as medidas necessárias à sua solução ainda haverão de ser tomadas, com resultados que ainda produzirão efeito sobre as expectativas de futuro dos brasileiros.
- e) Conquanto o problema ainda persista, as medidas necessárias à sua solução estão sendo tomadas, com resultados que já produziram efeito sobre as expectativas de futuro dos brasileiros.

Além disso, segundo ele, os meios empregados e os fins perseguidos pela UnB são marcados pela proporcionalidade e razoabilidade e as políticas são transitórias, com a revisão periódica de seus resultados. [Texto 3]

52) Os sinais de pontuação são importante recurso na língua escrita. Seu uso, embora muitas vezes obrigatório, expressa, também, escolhas de quem escreve, marcando ritmos e estilos próprios de cada um, desfazendo ambiguidades. Por isso é possível pontuar corretamente um determinado período de mais de uma maneira.

Assim, está correta a pontuação utilizada na reescritura do período acima em:

- a) *Além disso, segundo ele os meios empregados, e os fins perseguidos, pela UnB são marcados pela proporcionalidade e razoabilidade e as políticas são transitórias, com a revisão periódica, de seus resultados.*
- b) *Além disso, segundo ele, os meios empregados e os fins perseguidos pela UnB são marcados pela proporcionalidade e razoabilidade, e as políticas são transitórias, com a revisão periódica de seus resultados.*
- c) *Além disso segundo ele, os meios empregados e os fins perseguidos, pela UnB, são marcados pela proporcionalidade e razoabilidade e as políticas são transitórias, com a revisão periódica, de seus resultados.*
- d) *Além disso, segundo ele os meios empregados, e os fins perseguidos pela UnB, são marcados pela proporcionalidade e razoabilidade, e as políticas são transitórias, com a revisão periódica, de seus resultados.*
- e) *Além disso segundo ele, os meios empregados e os fins perseguidos pela UnB são marcados pela proporcionalidade e razoabilidade e as políticas são transitórias, com a revisão periódica de seus resultados.*

Ressaltou, porém, que “*não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo, no plano doméstico, uma política de exclusão em relação a uma parcela expressiva da sua população*”. [Texto 3]

53) No fragmento acima, o verbo em negrito assume o mesmo significado do que aparece destacado em:

- a) O relator **afirmou** que as políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB estabelecem um ambiente acadêmico plural e diversificado.
- b) Ela **frisou** ainda que as ações afirmativas fazem parte da responsabilidade social e estatal para que se cumpra o princípio da igualdade.
- c) O ministro Luiz Fux **sustentou** que a Constituição Federal impõe uma reparação de danos pretéritos do país em relação aos negros.
- d) A ministra Rosa Weber **defendeu** que cabe ao Estado “adentrar no mundo das relações sociais e corrigir a desigualdade concreta para que a igualdade formal volte a ter o seu papel benéfico”.
- e) “As ações afirmativas não são a melhor opção, mas são uma etapa. O melhor seria que todos fossem iguais e livres”, **apontou**.

“A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se também sob esse ângulo compatível com os valores e princípios da Constituição”.

54) No fragmento em destaque observa-se o uso de uma pontuação parcimoniosa, embora correta.

Igualmente correta está a pontuação utilizada em:

- a) A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se, também sob esse ângulo, compatível com os valores e princípios da Constituição.
- b) A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília, não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se também sob esse ângulo, compatível com os valores e princípios da Constituição.
- c) A política de ação afirmativa adotada, pela Universidade de Brasília, não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se, também sob esse ângulo compatível, com os valores e princípios da Constituição.
- d) A política de ação afirmativa, adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se também sob esse ângulo, compatível com os valores e princípios da Constituição.
- e) A política de ação afirmativa, adotada, pela Universidade de Brasília, não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se também sob esse ângulo, compatível, com os valores e princípios da Constituição.

Ao concordar com o relator, o ministro Joaquim Barbosa afirmou que o voto do ministro Lewandowski praticamente esgotou o tema em debate. Ressaltou, porém, que “não se deve perder de vista o fato de que a história universal não registra, na era contemporânea, nenhum exemplo de nação que tenha se erguido de uma condição periférica à condição de potência econômica e política, digna de respeito na cena política internacional, mantendo, no plano doméstico, uma política de exclusão em relação a uma parcela expressiva da sua população”.

55) No parágrafo em destaque, o Ministro Joaquim Barbosa acrescenta um argumento aos apresentados pelo relator, Ministro Lewandowsky. Tal argumento, embora tivesse caráter generalizante, fazia alusão ao tema em debate.

Assim, considerando o contexto em que foi apresentado, o argumento do Ministro Joaquim Barbosa que sustenta o voto favorável à proposta em análise nos permite inferir que:

- a) Políticas de exclusão, como as adotadas com a implantação de cotas étnico-raciais nas Universidades, impedem que nosso país atinja uma posição de destaque no cenário internacional.
- b) A política de cotas étnico-raciais, na medida em que favorece a inclusão de uma expressiva parcela da população brasileira, rompe com um dos entraves para que o país assuma uma posição de destaque no cenário internacional.
- c) Países periféricos que desejem galgar uma posição de destaque no cenário internacional precisam implantar políticas de cotas étnico-raciais para acesso às universidades, a fim de acabar com as desigualdades.
- d) A desigualdade, que marca tantos países periféricos, deve ser combatida com políticas de acesso diferenciado à Universidade, como a de cotas étnico-raciais, o que leva esses países a assumir uma posição de destaque no cenário internacional.
- e) Em sociedades desiguais, para que um país atinja uma posição de destaque no cenário internacional, precisa romper com as políticas de exclusão, adotando cotas raciais para acesso à universidade.

A ministra Rosa Weber defendeu que cabe ao Estado “adentrar no mundo das relações sociais e corrigir a desigualdade concreta para que a igualdade formal volte a ter o seu papel benéfico”.

56) De acordo com o fragmento em destaque, e considerando a inserção desse fragmento no Texto 3, a ministra Rosa Weber defende que:

- a) É possível aplicar tratamento igualitário, no seio de uma sociedade em que há desigualdades estruturais; mesmo nesse caso, cabe ao Estado intervir, exigindo que todos sejam alvo das mesmas ações, pois a formalização da igualdade tem papel benéfico.
- b) Não se pode aplicar tratamento desigual no seio de uma sociedade em que há desigualdades estruturais; nesse caso, cabe ao Estado intervir, exigindo que todos sejam alvo das mesmas ações, pois a igualdade tem papel benéfico na desigualdade.
- c) Não se pode aplicar tratamento igualitário no seio de uma sociedade em que há desigualdades estruturais; nesse caso, cabe ao Estado intervir para que a igualdade se restabeleça, e com ela as bases para que todos possam receber o mesmo tratamento.
- d) É possível aplicar tratamento desigual, no seio de uma sociedade em que há desigualdades estruturais; mesmo nesse caso, cabe ao Estado intervir, exigindo que todos sejam alvo das mesmas ações, pois a igualdade só se faz necessária em cenários de desigualdade.
- e) É possível aplicar tratamento igualitário no seio de uma sociedade em que há desigualdades estruturais; nesse caso, cabe ao Estado intervir para que a igualdade seja corrigida, e com ela as bases para que todos possam receber um papel benéfico.

57) Há muitas maneiras de organizar um texto, já que as relações que se estabelecem entre as partes evidenciam percursos de um raciocínio por meio do qual o autor conduz o leitor.

Da mesma forma, podem ser utilizadas estratégias diferenciadas na definição do título, por meio do qual se busca estabelecer com o leitor uma ponte capaz de mobilizá-lo para a leitura.

Considerando os **Textos 1, 2 e 3**, verifica-se que o parágrafo inicial do texto guarda uma relação de consequência com o título no(s)

- a) Texto 2.
- b) Texto 1.
- c) Textos 1 e 3.
- d) Textos 2 e 3.
- e) Textos 1, 2 e 3.

58) Embora com abordagens específicas, os Textos 1, 2 e 3 dialogam entre si.

Nesse sentido, o parágrafo inicial do **Texto 2** vai ao encontro da argumentação defendida, no **Texto 3**, pelo seguinte magistrado:

- a) Joaquim Barbosa.
- b) Ricardo Lewandowski.
- c) Luiz Fux.
- d) Rosa Weber.
- e) Cármen Lúcia Antunes Rocha.

“No caso da Universidade de Brasília, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e de um pequeno número delas para índios de todos os Estados brasileiros pelo prazo de 10 anos constitui, a meu ver, providência adequada e proporcional ao atingimento dos mencionados desideratos. A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se também sob esse ângulo compatível com os valores e princípios da Constituição”, afirmou o ministro Lewandowski. [Texto 3]

59) A transformação do parágrafo acima em discurso direto está correta e fielmente apresentada em:

- a) O ministro Lewandowski afirmou que, no caso da Universidade de Brasília, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e de um pequeno número delas para índios de todos os Estados brasileiros pelo prazo de 10 anos constituía, a seu ver, providência adequada e proporcional ao atingimento dos mencionados desideratos. Acrescentou, ainda, que a política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostrava desproporcional ou irrazoável, afigurando-se, também sob esse ângulo, compatível com os valores e princípios da Constituição.
- b) Segundo afirmou o ministro Lewandowski, no caso da Universidade de Brasília, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e de um pequeno número delas para índios de todos os Estados brasileiros pelo prazo de 10 anos constituíria, a meu ver, providência adequada e proporcional ao atingimento dos mencionados desideratos, dizendo que a política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostraria desproporcional ou irrazoável, afigurando-se, também sob esse ângulo, compatível com os valores e princípios da Constituição.
- c) -- No caso da Universidade de Brasília, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e de um pequeno número delas para índios de todos os Estados brasileiros pelo prazo de 10 anos constituíria, a meu ver, providência adequada e proporcional ao atingimento dos mencionados desideratos, afirmou o ministro Lewandowski. E acrescentou:
-- A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se, também sob esse ângulo, compatível com os valores e princípios da Constituição.
- d) Como afirmou o ministro Lewandowski, no caso da Universidade de Brasília, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e de um pequeno número delas para índios de todos os Estados brasileiros pelo prazo de 10 anos constitui, a seu ver, providência adequada e proporcional ao atingimento dos mencionados desideratos. A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se, também sob esse ângulo, compatível com os valores e princípios da Constituição, -- acrescentou ele.
- e) -- No caso da Universidade de Brasília, a reserva de 20% de suas vagas para estudantes negros e de um pequeno número delas para índios de todos os Estados brasileiros pelo prazo de 10 anos constituíria, a seu ver, providência adequada e proporcional ao atingimento dos mencionados desideratos, afirmou o ministro Lewandowski.
-- A política de ação afirmativa adotada pela Universidade de Brasília não se mostra desproporcional ou irrazoável, afigurando-se, também sob esse ângulo, compatível com os valores e princípios da Constituição, -- acrescentou ele.

60) Por meio das funções da linguagem é possível reconhecer a intenção do produtor da mensagem.

Nos Textos 1, 2 e 3 apresentados essa prova, a função da linguagem predominante é a referencial.

As características dessa função que se fazem presentes nos três textos são:

- a) o conteúdo informacional; o uso da 3ª pessoa do singular; a subjetividade.
- b) o uso da 3ª pessoa do singular; a subjetividade; a afetação do interlocutor.
- c) a subjetividade; a afetação do interlocutor; a neutralidade do emissor.
- d) a neutralidade do emissor; o conteúdo informacional; o uso da 3ª pessoa do singular.
- e) a afetação do interlocutor; a neutralidade do emissor; o conteúdo informacional.

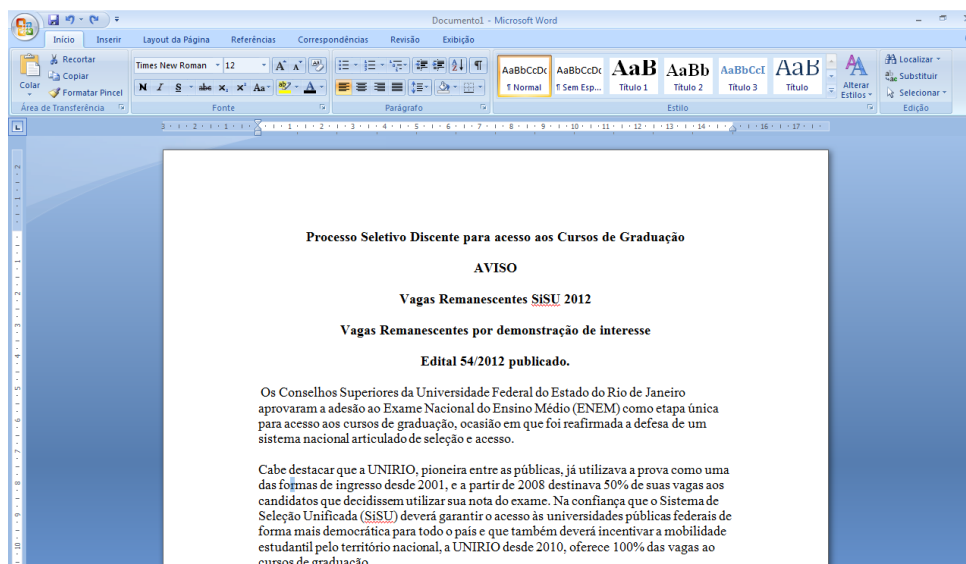












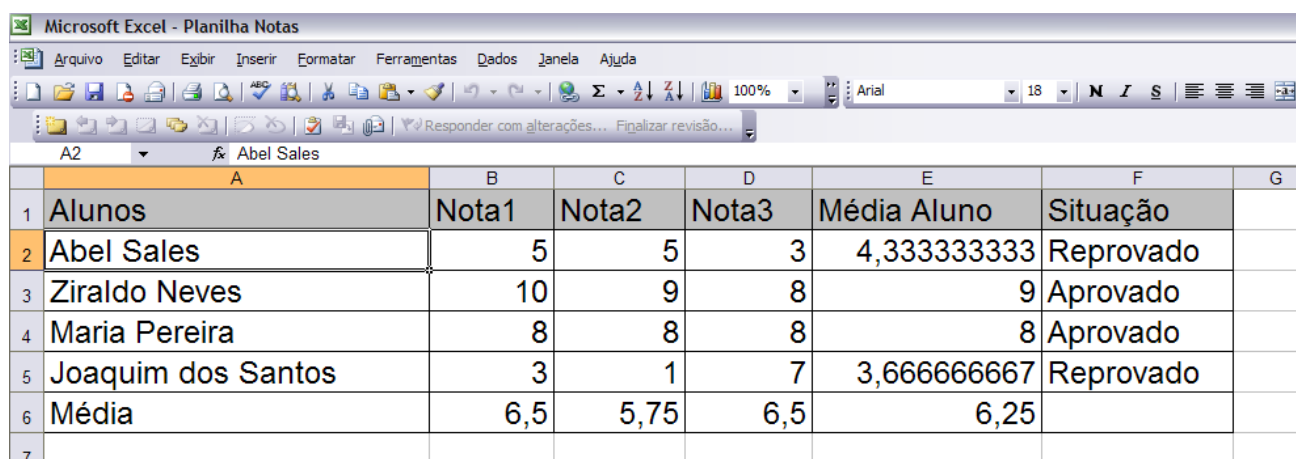
Figura 1: Texto utilizando o Microsoft Word

61) O botão do Microsoft Word que pode ser utilizado para centralizar os títulos do texto, mostrados na Figura 1 é

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 

62) O botão do Microsoft Word que pode ser utilizado para verificar a ortografia e a gramática de um trecho do texto, mostrado na Figura 1 é

- a) 
- b) 
- c) 
- d) 
- e) 



	A	B	C	D	E	F	G
1	Alunos	Nota1	Nota2	Nota3	Média Aluno	Situação	
2	Abel Sales	5	5	3	4,333333333	Reprovado	
3	Ziraldo Neves	10	9	8	9	Aprovado	
4	Maria Pereira	8	8	8	8	Aprovado	
5	Joaquim dos Santos	3	1	7	3,666666667	Reprovado	
6	Média	6,5	5,75	6,5	6,25		
7							

Tabela 1: Planilha de Notas

63) Considerando a Tabela 1, o endereço da célula que contém a média do aluno Joaquim dos Santos é

- a) E6
- b) = (B5+C5 + D5)/3
- c) F6
- d) = (E2+E3+E4+E5)/4
- e) E5

64) Considerando a Tabela 1, a fórmula correta para calcular a média do aluno Ziraldo é

- a) = B3+B4+B5/3
- b) = B3+ C3+ D3/3
- c) = (B2+C2+D2)/3
- d) = (B3+C3+D3)/4
- e) = (B3+C3+D3)/3

65) Considerando a Tabela 1, a fórmula correta para calcular a média da turma na Nota2 é

- a) = SOMA(C2:C5)/3
- b) = SOMA(B6:D6)/3
- c) = SOMA(C2:C5)/4
- d) = SOMA(D2:D5)/3
- e) = SOMA (D2:D5)/4

66) O software utilizado para acessar uma página web na Internet é

- a) um navegador.
- b) um kit multimídia.
- c) um provedor de acesso.
- d) editor de páginas web.
- e) facebook.

67) O termo utilizado para designar o conjunto de componentes que formam a parte física dos computadores é

- a) o Teclado.
- b) a CPU.
- c) o Hardware.
- d) o Mouse.
- e) o Software.

68) Os *chats* podem ser caracterizados como seguinte tipo de mecanismo de comunicação:

- a) tradicional
- b) síncrono
- c) seguro
- d) assíncrono
- e) alternativo

69) Em relação à Internet, pode-se afirmar que

- a) Não é possível anexar vídeos às mensagens de e-mail.
- b) Um exemplo de endereço de email inválido é cosea@unirio.br
- c) <http://www.mec.gov.br> é uma URL, ou seja, o endereço de correio eletrônico.
- d) Provedor de acesso é um software que permite a visualização de uma página na Internet.
- e) HTML é um padrão de editoração que permite criar páginas para a publicação na Internet.

70) Faça a correlação entre a 1ª e a 2ª colunas.

1ª Coluna		2ª Coluna
1. É um software que permite cálculos automáticos através de fórmulas em tabelas.	()	Internet Explorer
2. Copiar o conteúdo de um arquivo residente em outro computador para o seu, independente da distância.	()	Planilhas Eletrônicas
3. Página introdutória de um site.	()	Download
4. Browser da Microsoft.	()	Login
5. Processo de conexão à rede que inclui a identificação e senha de controle.	()	Homepage

A sequência **CORRETA** da correlação entre colunas é

- a) 3 – 5 – 2 – 1 – 4
- b) 4 – 1 – 2 – 5 – 3
- c) 5 – 1 – 2 – 3 – 4
- d) 2 – 1 – 5 – 2 – 4
- e) 1 – 2 – 4 – 5 – 1